



Movimento "Por Blumenau Unido", 21.02.1934
Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

IDENTIDADE, TERRITÓRIO E POLÍTICA

Investimentos na idéia de uma região em Blumenau nos anos 30¹

Méri Frotscher²

Diversos autores tem demonstrado que o espaço não está desvinculado das representações simbólicas. Segundo Marcel Roncayolo, as representações e as imagens não estão descoladas do espaço físico mas, juntamente com ele, constituem a realidade.³ Se as representações simbólicas também são parte da realidade e da compreensão que se tem dos espaços, é fundamental considerá-las nos estudos que tratam dos discursos regionalistas.

As representações simbólicas sobre os espaços podem se constituir em substrato para políticas de intervenção estatal, como foi o caso do desmembramento de Blumenau, município localizado no Vale do Itajaí, Santa Catarina, em 1934. A análise deste fato nos permite perceber como as identidades regionais são resultantes de processos históricos, ou seja, fenômenos construídos e constantemente reforçados e/ou reelaborados. Também nos faz perceber como, na afirmação de uma identidade regional, estavam também em jogo lutas pela imposição, conservação e legitimação da dominação de um determinado grupo político.

Blumenau, colônia particular fundada em 1850 pelo farmacêutico alemão Dr. Hermann Blumenau, ficou conhecida no Brasil e também na Alemanha, já em fins do século XIX, como uma das mais bem sucedidas experiências de colonização alemã do Brasil. As diversas correntes de imigração européia recebidas ao longo do século XIX, do início do século XX e o significativo crescimento demográfico, além de outros fatores, resultaram num município populoso para a época (98.663 habitantes em 1927) e de larga extensão territorial. Seus 10.375 km² abrangiam grande parte do Vale do rio Itajaí-Açu, numa área equivalente a 10% do atual estado de Santa Catarina.

Nos anos 30, o território de Blumenau era caracterizado por uma diversidade lingüístico-cultural. No censo municipal de 1927, 53% declararam a língua alemã como língua materna, 28% a língua portuguesa, 16% a língua italiana, 2% as línguas polonesa e russa, e os restantes 1%, as línguas francesa, holandesa, sueca e outras.⁴

Apesar desta heterogeneidade, mais da metade dos habitantes falava a língua alemã. Por conta disto e de outros fatores culturais, predominava um imaginário que identificava Blumenau como uma região "alemã", imaginário este que era circunstancialmente manipulado nos jogos da política estadual. Isto se percebe em alguns momentos, por exemplo, nos anos 30, quando ocorre o desmembramento do município e um processo mais intenso de nacionalização escolar. Em 1930, quando políticos oriundos do Vale do Itajaí, filiados ao PRC, que haviam desfrutado da hegemonia política no estado nos anos 20, perdem seus cargos políticos, seus opositores, filiados ao PLC, oriundos do Planalto Catarinense, põem em prática algumas medidas no sentido de nacionalizar o Vale do Itajaí, entre elas, a divisão política do município, como tentativa de enfraquecer politicamente as elites locais.

Em 1934, em discurso proferido durante campanha eleitoral, em Lages, reduto eleitoral do PLC, no Planalto Catarinense, o novo Interventor Estadual, Aristiliano Ramos, viria a criticar a ocupação de áreas próximas ao litoral catarinense - entre elas Blumenau - por imigrantes europeus, tomando este fato como explicador do estado de pobreza em que se encontrariam os seus ouvintes. Segundo ele, "se eu e meus amigos aqui no estado tivéssemos governado nestas últimas décadas, seguramente não teria acontecido que superfícies de terras frutíferas da nossa região litorânea fossem cedidas a estrangeiros e então vocês hoje saberiam onde assentar seus pés para sair da miséria e da preocupação na qual vocês todos hoje se encontram".⁵

Em algumas fontes,⁶ redigidas pelo consulado da Alemanha em Santa Catarina e por defensores da ocupação de terras do estado por imigrantes e descendentes, Aristiliano Ramos era citado como "nativista" e inimigo do *Deutschtum* (germanidade). Por conta disto, quando foi nomeado Interventor do Estado, surgiram boatos de que o município de Blumenau seria dividido. Apesar da afirmação de que se realizaria um plebiscito entre a população para se decidir sobre a questão, a Interventoria Estadual decretou, em fevereiro de 1934, o desmembramento do município, reduzindo seu território a 1.650 km², o que equivalia a 15,9% de sua antiga extensão territorial. Foram emancipados os distritos de Hamônia (hoje município de Ibirama), Gaspar, Indaial e Timbó,⁷ dando-se a estes independência política-administrativa. Do novo município de Blumenau fariam parte apenas os antigos distritos de Blumenau-sede e de Massaranduba.

Aristiliano Ramos procurou justificar o desmembramento para o governo federal como uma medida administrativa que viria a facilitar o processo de nacionalização da “zona colônial alemã, como também tornar mais rápida, barata e fácil a justiça, facilitando ainda o contato da população não integrada no espírito nacional com as autoridades brasileiras”.⁸

Estas medidas, entretanto, foram interpretadas pelo Cônsul da Alemanha na capital do estado, assim como outros sujeitos, como uma tentativa de enfraquecer o *Deutschtum* em Santa Catarina. Este repudiaria o desmembramento de Blumenau em extenso relatório encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores de Berlim: “o que o grupo dos Ramos quer, com isto, é muito claro. É o mesmo que o governo brasileiro ambiciona com sua nova legislação sobre imigração”,⁹ referindo-se à nova Constituição Federal, de 1934, que regulamentou e restringiu a entrada de imigrantes no Brasil, através do estabelecimento de cotas.

O repúdio em relação ao desmembramento não ficou restrito a estes círculos, mas motivou um protesto nas ruas do município. As portas do comércio e das indústrias locais foram fechadas e foram realizados alguns comícios e passeatas sob o *slogan* “Por Blumenau Unido”. O comitê organizador do movimento era composto por diversos representantes da elite comercial e industrial e por alguns representantes da classe média. Politicamente falando, tanto pessoas ligadas às antigas elites políticas do PRC como a outras facções políticas, inclusive alguns interventores de Blumenau depois da Revolução de 1930, participaram do comitê.¹⁰

Não somente os jornais que manifestavam os interesses do PRC, o *Urwaldsbote* e o *Cidade de Blumenau*, repudiavam o desmembramento, mas também o *Blumenauer Zeitung*. Os três jornais formularam, juntos, telegramas encaminhados ao General Flores da Cunha, Interventor do Rio Grande do Sul e que tinha influências políticas em Santa Catarina, assim como boas relações com Vargas, e ao diretor do jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, apelando para que se evitasse o que chamavam de “atentado contra a organização, economia e tradição do município”.¹¹ Os editores destes jornais representariam nestes documentos o território de Blumenau como um “todo indivisível”, unido pela história, tradição, geografia e economia. Para eles, “Nem motivos geográficos e históricos, nem morais e patrimoniais justificam o desmembramento de um município de 100.000 habitantes”.¹²

A análise da carga discursiva que acompanhou e engendrou estes acontecimentos nos permite perceber o quanto os conceitos de territorialidade e de região são historicamente construídos e reforçados.

Muito embora a representação de Blumenau enquanto um “todo indivisível” fosse unanimidade nos três jornais do município, o jornal *Urwaldsbote*, publicado em língua alemã, defensor do *Deutschtum* e dos interesses das antigas elites do Vale do Itajaí, filiadas ao PRC, defendia com maior ardor este discurso regionalista. Este periódico chegou a representar o antigo território de Blumenau enquanto “pátria estreita” (*engere Heimat*), acusando os autores do desmembramento de “separatistas da pátria estreita”.¹³ Para o editor do *Urwaldsbote*, Blumenau seria uma região, uma “pátria estreita” incluída em uma territorialidade maior, o Brasil, país que o jornal não representava enquanto Nação, mas enquanto Estado. Ou seja, esta noção de “pátria estreita” não era afirmada em complementaridade a uma identidade nacional brasileira, como em muitas nações onde a representação regionalista não é tida como oposta, mas como complementar à representação da Nação.¹⁴

A concepção de pátria do *Urwaldsbote* era comum em diversas regiões de colonização alemã no Brasil, no século XIX e início do XX, segundo a antropóloga Giralda Seyferth. O termo pátria, nestas regiões, geralmente apresentava dois significados que, embora distintos, se complementavam: “um deles era remetido à colônia enquanto comunidade étnica, o outro ao Estado enquanto entidade política e territorial. No primeiro caso prevalece o conceito de *Heimat* (...) no segundo o conceito de *Vaterland*”.¹⁵ Por isto, as regiões de colonização eram referidas como “uma pequena pátria alemã no Brasil”.¹⁶ Exatamente assim se referia o *Urwaldsbote* com relação ao antigo território de Blumenau, uma “pátria estreita”, concepção que não era aceita por diversos círculos políticos em Santa Catarina, inclusive a própria interventoria federal no estado que, através do desmembramento, procurava “quebrar” este sentimento de unidade, no Vale do Itajaí, também como uma estratégia política.

Como o jornal *Urwaldsbote* poderia representar Blumenau enquanto uma “pátria estreita”, como uma “unidade”, um “todo indivisível”, se o seu território, ao longo de sua ocupação, sofreu tantas transformações e apresentava tantas diversidades?

Diversos aspectos da história social, econômica, política e mesmo cultural do município nos permitem constatar tais diversidades e transformações. Se no final do século XIX, Blumenau apresentava cerca de 30.000 habitantes, trinta anos depois, em 1927, apresentava quase 100.000 habitantes, um crescimento vegetativo de mais de 300%. Entre os censos de 1920 e 1927, período de entrada de nova leva de imigrantes europeus,

sobretudo alemães, e de intensa ocupação territorial por habitantes do próprio município, percebe-se um crescimento vegetativo médio de 144,72%. No Alto Vale do Itajaí, onde se concentravam os trabalhos de ocupação territorial, para onde foram encaminhados grande parte dos imigrantes, o crescimento vegetativo foi ainda maior neste período (em Bela Aliança, atual município de Rio do Sul, este chegou a atingir a taxa de 222,12%).

O crescente processo de industrialização e urbanização se faz perceber através dos seguintes dados: se, em 1920, 82% da população ativa se dedicava à economia agrícola e 5% trabalhava na indústria,¹⁷ em 1927, 74% da população dedicava-se à agricultura, pecuária e indústria agrícola e 16% à indústria. Isto revela um forte desenvolvimento das atividades secundárias, em menos de uma década.¹⁸ Somente nos anos 20, doze importantes indústrias foram fundadas no município, entre malharias, tecelagens e indústrias de outros ramos,¹⁹ fazendo com que Blumenau se afirmasse cada vez mais como pólo têxtil.

O adensamento populacional nos distritos do município, a industrialização e urbanização acirraram o processo de diferenciação econômico-social, resultando em diferenciadas condições econômico-sociais entre os habitantes. Obviamente o crescimento econômico do município era motivo de orgulho das elites locais e geralmente festejado como uma conquista coletiva, muito embora muitos dos habitantes fossem excluídos ou tomassem apenas pequena parte destas riquezas.

Tais transformações econômicas, sociais e urbanas também se fizeram acompanhar de mudanças políticas, nos anos 30. Ao mesmo tempo em que houve o enfraquecimento político das antigas elites filiadas ao PRC e sua queda do poder, em 1930, a partir de 1934 houve um rápido fortalecimento da Aliança Integralista Brasileira – AIB, partido de direita com inspiração nos regimes totalitários europeus, fundado em 1932 por Plínio Salgado. Este partido angariava muitas simpatias entre as camadas médias da população local. É neste contexto de crise política das antigas elites, de ascensão do integralismo e de tomada do poder estadual pelas elites do Planalto Catarinense que ocorre o desmembramento do município de Blumenau.

É sabido que em diversos distritos de Blumenau havia críticas ao modelo centralista de administração municipal, iniciado em 1850. Este modelo tinha como centro o *Stadtplatz* (sede da colônia), localizado na parte Leste do município. Os imigrantes que chegavam iam ocupando os lotes ao longo do rio Itajaí-Açu e seus afluentes, constituindo, com o tempo, os distritos do município. Até 1930, o município de Blumenau era constituído pelo distrito-sede, de mesmo nome, e mais nove distritos, administrados por intendentess a ele subordinados.²⁰ Até a Revolução de 1930, as elites comerciais e industriais do distrito-sede tinham as rédeas do poder municipal.

O desmembramento de Blumenau, portanto, provocou não somente a quebra de sua unidade político-administrativa, como também feriu um dos mais caros capitais simbólicos das antigas elites republicanas do Vale do Itajaí que, durante a Primeira República (1889-1930), viam o adensamento populacional desta área como uma forma de se fortalecer politicamente. Durante a gestão do governador Hercílio Luz (1918-1925), do PRC, grandes porções de terras devolutas foram distribuídas a seus correligionários políticos no Vale do Itajaí que, em troca da construção de estradas, vendiam os lotes, principalmente, aos filhos dos colonos do município de Blumenau. Também imigrantes oriundos da corrente migratória do Pós-Primeira Guerra Mundial foram ocupando sobretudo as terras de empresas colonizadoras no Oeste do município, favorecendo o projeto de “colonização interna” do município. Contudo, o desmembramento do município, em 1934 rompeu este modelo político-administrativo, fato que se tornou um verdadeiro “calo” para as antigas elites locais.

Em 1934, diversos artigos do jornal *Urwaldsbote*, apresentaram elementos que justificassem a “indivisibilidade” da “Grande Blumenau”, representada como “pátria estreita”, una e indivisível. A análise destes artigos nos permite perceber com mais detalhes como as regiões são frutos de representações simbólicas construídas historicamente, por mais que se afirme que elas sejam naturais. Para o sociólogo Pierre Bordieu, aquilo que muitas vezes se pensa como uma fronteira natural, por conta da língua, habitat, etc, nada tem de natural, uma vez que “as classificações são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária”.²¹ Através dos discursos presentes na imprensa blumenauense, por exemplo, se percebe quais elementos foram utilizados na construção de um discurso regionalista que defendia a indivisibilidade da “Grande Blumenau”.

O *Urwaldsbote* buscava no passado elementos para se contrapor à divisão política do município, traçando uma linha de continuidade com o presente. A biografia do fundador da colônia, Hermann Blumenau, era utilizada como fio condutor desta continuidade, na medida em que o desmembramento do município era representado como um destroçamento econômico e político da “orgulhosa criação do Dr. Hermann Blumenau”.²² Também na passeata realizada na rua principal da cidade, em 22 de fevereiro

de 1934, esta idéia figurava em muitos dos cartazes: “conservai a obra do Dr. Blumenau”, “queremos ser dignos dos nossos antepassados”, “uma só Grande Blumenau”.²³ O fato do município levar o mesmo nome do seu fundador (Blumenau), favorecia a construção de tal argumento e a mobilização de forças para se contrapor ao desmembramento. Blumenau não era somente o nome da colônia ali fundada em 1850, mas também o nome do seu fundador e do município dali originado. Em torno deste nome se cristalizaram idéias e imagens que eram utilizadas na mobilização de forças para se opor ao ato do governo estadual.

Por mais que houvessem diversidades econômicas, sociais e políticas, a afirmação de que Blumenau constituiria uma unidade, um “todo indivisível” foi mobilizadora de sentimentos de repúdio em nível local. Isto nos faz lembrar as colocações de Roger Chartier, ao perceber a capacidade de mobilização das representações. Segundo este autor, para que isto aconteça, “não se exige que as representações sejam verdadeiras, mas desejáveis e plausíveis, compondo um quadro de coerência no qual é possível acreditar”.²⁴

Exatamente por conta do imaginário de Blumenau constituir-se um “todo”, uma “região alemã”, que o governo estadual vai procurar, através do desmembramento, enfraquecer regionalismos e o próprio poder das antigas elites colônias do Vale do Itajaí.

O desmembramento, portanto, vai procurar colocar em prática um dos objetivos de muitos políticos integrantes da Revolução de 1930, ou seja, a dissolução dos regionalismos no Brasil. Para estes, os princípios federalistas e liberais em vigor durante a Primeira República teriam sido responsáveis pela sua falência e pelo fortalecimento de oligarquias regionais. Se para os republicanos históricos o modelo de organização federativa do Brasil deveria ser caracterizado pela descentralização, daí seu lema “Centralização = Desmembramento; Descentralização = Unidade”,²⁵ para os integrantes do movimento de 1930, o governo federal deveria ser caracterizado pela centralização política.

Com os decretos autoritários que desmembraram Blumenau em 1934, diversos artigos na imprensa investiram num discurso regionalista, reforçando aquilo que o governo estadual queria enfraquecer. Entretanto, as lideranças do PRC não conseguiram reverter a situação criada com o decreto de Aristiliano Ramos. Mas o desmembramento continuaria um “nó” na garganta de diversos representantes políticos no município e continuaria a ser tema de artigos da imprensa local, muito embora apenas em datas específicas. Este discurso regionalista aparece como uma forma de manifestação da resistência destas antigas elites, frente à nova conjuntura político-social.

Por conta dos festejos do Dia do Colono, por exemplo, comemorados em 25 em julho de 1936, o *Urwaldsbote* publicou um artigo dedicado à descrição de cada um dos antigos distritos do município,²⁶ procurando, desta maneira, argumentar que a “Grande Blumenau” estaria acima da nova divisão político-administrativa de 1934. No mesmo ano, esta idéia é retomada através de artigo de primeira página intitulado “Grande Blumenau: separada politicamente, mas ligada, ainda mais, econômica e culturalmente”, redigido pelo proprietário do jornal.²⁷ A idéia central do artigo seria visualmente reforçada através da impressão de um mapa do antigo município, antes do desmembramento.²⁸ O autor do artigo afirmaria que a “Grande Blumenau” não seria apenas um conceito geográfico, mas uma “região criada pela natureza, economicamente fechada”.²⁹ O autor, portanto, naturalizaria a idéia de região. O maior objetivo do autor em seu artigo é levantar elementos para justificar o porquê da “Grande Blumenau” constituir-se uma região. Ou seja, apesar do autor considerar óbvia a afirmação de que Blumenau constituiria uma região, se vê na necessidade de justificá-la, o que demonstra a necessidade desta idéia ser repetida.

Como o autor poderia afirmar a idéia de Blumenau ser uma região “natural”, considerando os inúmeros investimentos, ao longo de mais de oitenta anos, em ocupá-la com imigrantes europeus e descendentes? Quais critérios utiliza em sua argumentação, quais suas intenções e interesses em abordar esta questão, e, de que forma, ela se faz compreender em meio ao contexto sócio-político?

Conforme Pierre Bourdieu, ninguém pode sustentar que existam “critérios capazes de fundamentar classificações ‘naturais’ em regiões ‘naturais’, separadas por fronteiras ‘naturais’.” Aquilo que muitas vezes se pensa como uma fronteira natural, por conta da língua, habitat, etc, nada tem de natural, uma vez que “as classificações são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária”.³⁰

O artigo do *Urwaldsbote* contribuía neste sentido, ou seja, na afirmação de uma identidade regional, baseada em razões que, ao longo do artigo, são desenvolvidas. A afirmação de que a “Grande Blumenau” seria um conceito geográfico, encontraria sustentação, inclusive, numa tese de doutoramento em Geografia concluída no início daquele ano, na Alemanha e que era divulgada pelo jornal. O geógrafo alemão Siegfried Endress, que esteve no Vale do Itajaí recolhendo material e informações para sua tese até maio de 1934, mesmo tendo presenciado o desmembramento do município, intitulou sua tese *Blumenau: Werden und Wesen einer deutschbrasilianischen Landschaft* (Blumenau: desenvolvimento e características de uma paisagem teuto-brasileira), atendo-se à análise de toda a área que compreendeu a Colônia Blumenau. Esta compreensão de Blumenau enquanto uma região, cuja semente teria sido plantada por Hermann Blumenau, em 1850, era a mesma das antigas elites comerciais e industriais que dominaram a esfera pública do Vale do Itajaí durante a Primeira República. Estas se mostravam resistentes em se referir a Blumenau simplesmente como uma unidade político-administrativa.³¹

Além da geografia, o artigo citado usaria como critério para definir a “Grande Blumenau” como uma região “natural”, a economia. O autor do artigo afirma o progresso econômico do município para justificar a idéia da indivisibilidade de Blumenau. Considerando que tais elites se auto-representavam como sujeitos ativos deste “progresso”, tentar preservar as antigas fronteiras políticas do município representava também tentar preservar poderes.

O autor chegaria, inclusive, a se referir a Blumenau enquanto uma “grande unidade”, inclusive no aspecto político, muito embora as urnas tivessem mostrado outra realidade. Em 1936, os integralistas venceram as eleições e assumiram o governo municipal, o que representou uma grande mudança nos rumos da política no Vale do Itajaí. Além disto, no artigo não somente se silencia a respeito da diversidade linguístico-cultural do município, como se afirma que Blumenau, mesmo separada politicamente, estaria mais e mais ligada econômica e culturalmente.

Economia, geografia, política, cultura. Nestes aspectos o autor procura elementos para justificar sua tese de que Blumenau seria indivisível. Mas não seria somente num destes elementos, mas na associação de todos eles que o autor construía seu discurso regionalista.

O *Urwaldsbote* não divulgava um discurso regionalista para impor como legítima uma nova definição das fronteiras,³² muito menos para reivindicar a volta das antigas fronteiras políticas do município, uma vez que o desmembramento já era fato consumado. O movimento “Por Blumenau Unido” já havia se desmobilizado. Além disto, as antigas elites políticas que o jornal defendia haviam sido derrotadas pelos integralistas nas eleições municipais de março daquele ano. O artigo do *Urwaldsbote* foi publicado para se expressar o “pesar” pela divisão da “antiga área de colonização do Dr. Blumenau” e como tentativa de preservação da idéia de que este território teria uma identidade em

comum. Ou seja, mesmo que não tivessem mais condições de impor a legitimidade de sua dominação, as antigas elites procuravam pelo menos conservar produções simbólicas caras a elas, como a idéia de Blumenau constituir uma região e a idéia de que elas próprias seriam as legítimas continuadoras da “obra de vida do Dr. Blumenau”.

O sociólogo Pierre Bourdieu percebe o regionalismo como “um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos, quer individualmente e em estado de dispersão, quer coletivamente e em estado de organização”. Neste processo, o que está em jogo é “a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas”.³³ Se formos considerar o discurso regionalista do *Urwaldsbote*, percebe-se que apesar das antigas elites locais terem perdido a hegemonia política, ainda detinham este jornal, importante instrumento na construção e divulgação de produções simbólicas. Através dele estas elites procuravam reafirmar e preservar a idéia da unidade do território sobre o qual, por tanto tempo, exerceram seu domínio político. Esta idéia está presente no último parágrafo do artigo citado: “Precisamos honrar o conceito ‘Grande Blumenau’, se quisermos ser protetores e incentivadores da obra e vida do Dr. Blumenau.”

Esta estratégia discursiva não é nova na história. Discursos que enfatizam as fronteiras territoriais como o principal lugar da institucionalização da identidade coletiva nacional foram muito comuns na história moderna e contemporânea.³⁴ Isto também vale para a afirmação de identidades regionais, como foi o caso de Blumenau, durante a Primeira República e o início dos anos 30.

A afirmação de uma identidade regional, no caso estudado, se deu enquanto um ato de resistência política e enquanto tentativa de preservação de poder simbólico. Entretanto, ao afirmar este discurso regionalista, durante e após o movimento “Por Blumenau Unido”, o jornal *Urwaldsbote* parece ter contribuído para convencer ainda mais os políticos interessados em investir na dissolução de regionalismos em Santa Catarina.

Não muito tempo depois da publicação do artigo analisado, a representação do antigo território de Blumenau enquanto uma “pátria estreita” não vai mais ser possível na esfera pública. Esta representação vai entrar em choque com os ditames do Estado Novo, instituído em 1937, quando o governo nacionalista de Getúlio Vargas acirrou sua política de dissolução dos regionalismos e sua campanha de nacionalização de áreas de fronteira da Nação brasileira, como foi considerado o Vale do Itajaí.³⁵

Notas

¹ Este artigo é uma versão modificada e reduzida da parte do primeiro capítulo de minha tese de doutoramento *Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade: ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950)*. Florianópolis, 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Cultural, Universidade Federal de Santa Catarina.

² Professora do Colegiado de História da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon. Doutora em História Cultural (UFSC). E-mail: meri@rondotec.com.br

³ RONCAYOLO, Marcel. Território. In: *Enciclopédia Einaudi*. V. 8 (Região). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, p. 266.

⁴ BLUMENAU. Prefeito (1923-1929: Hering). Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o ano de 1927, apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Curt Hering, p. 30.

⁵ Trecho do seu discurso transcrito pelo cônsul alemão de Florianópolis, Dittmar, em carta à Embaixada Alemã no Rio de Janeiro. Florianópolis, 10 out. 1934, p. 04. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 60029. (Tradução livre da autora).

⁶ Todas as citações de fontes em alemão deste artigo foram traduzidas livremente pela autora.

⁷ WAHLE, Carl. Notas e Estatísticas referentes ao município de Blumenau e aos que dele foram desmembrados. In: *Centenário de Blumenau. 1850-1950*. Edição da Comissão dos Festejos, 1950, p. 222-243.

⁸ Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Documento da Pasta M/S 14.2.6.06.

⁹ *Carta do Consulado alemão em Florianópolis à Embaixada Alemã no Rio de Janeiro*. Florianópolis, 10 out. 1934, p. 05. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim, Pasta R 60029.

¹⁰ *Cidade de Blumenau*, Blumenau, 27 out. 1934, p. 07.

¹¹ Die Separationsbestrebungen. *Blumenauer Zeitung*, 08 fev. 1934, p. 02.

¹² Idem.

¹³ Um die Separatisten der engeren Heimat. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 09.02.1934, p. 02.

¹⁴ Sobre o caso da França ver THIESSE, Anne-Marie. “La petite patrie enclose dans la grande”: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940), *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 3-16, 1995.

¹⁵ SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania. A imigração alemã e o Estado brasileiro, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 26, p. 110, out. 1994.

¹⁶ Idem, ibidem.

¹⁷ SINGER, Paul. Blumenau. In: *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968, p. 124.

¹⁸ Relatório dos negócios administrativos de Blumenau. 1927. p. 28.

¹⁹ BOSSLE, Ondina P. *História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro*. Florianópolis: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, 1988, p. 86.

²⁰ Das Munizip Blumenau. *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, São Leopoldo, p. 297, 1926.

²¹ BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 114-115.

²² KOEHLER, G. A. *Carta a Marcos Konder*. Blumenau, 22 ago. 1933. Arquivo Nacional de Koblenz (Alemanha), Pasta R 57/474-37.

²³ Acervo de fotos do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Pasta 5.16.2.10.

²⁴ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

²⁵ DINIZ FILHO, Luís Lopes; BESSA, Vagner de Carvalho. Território e política: as mutações do discurso regionalista no Brasil, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 28.

²⁶ SCHLEIFF, Victor. Die fünf abgetrennten Munizipien. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 24 jul. 1936, p. 08.

²⁷ KOEHLER, G. A. Groß-Blumenau, nicht nur ein geographischer Begriff, sondern auch ein von der Natur geschaffenes, geschlossenes Wirtschaftsgebiet. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 24 set. 1936, p. 01.

²⁸ Isto nos faz lembrar do texto de Marcel Roncayolo, o qual afirma que a territorialidade “deriva fundamentalmente da difusão de imagens mentais, de informações orais, de representações mais ou menos abstratas, desenhos ou mapas, de representações simbólicas”. (RONCAYOLO, 1986, p. 266).

²⁹ Idem, ibidem.

³⁰ BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. 4. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 114-115.

³¹ Aliás, foram pessoas deste mesmo círculo que facilitaram as pesquisas do geógrafo citado, chegando a subsidiar em parte a publicação de sua obra. Os principais agradecimentos do autor vão os industriais Victor, Max, Curt e Ingo Hering, proprietários de uma das duas maiores indústrias têxteis de Blumenau, a Cia. Hering, para o proprietário do jornal *Der Urwaldsbote*, Gustav Artur Koehler e para o arquivista Theodor Lueders. ENDRESS, op. cit., p. 02-03.

³² Este seria um dos objetivos do discurso regionalista, segundo BORDIEU, op. cit., p. 115-116.

³³ BORDIEU, op. cit., p. 124.

³⁴ EISENSTADT, S. N. The construction of collective identities: some analytical and comparative indications. *European Journal of Social Theory*, v. 1, n. 2, p. 241, nov. 1998.

³⁵ Sobre isto ver FROTSCHER, op. Cit, capítulos 3 a 5.